Aprovado em 19/10/11

REQUERIMENTO Nº 60, DE 2011-CCT

Requeiro nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT para a realização de debates em torno do tema **"POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES ESPACIAIS (PNDAE) – NOVAS LICITAÇÕES DE POSIÇÕES ORBITAIS – PROGRAMA DO SATÉLITE GEOESTACIONÁRIO BRASILEIRO – ATENDIMENTO ÀS REGIÕES NORTE E NORDESTE"**, e em havendo deliberação favorável, que sejam convidados os seguintes especialistas e representantes, sem prejuízo de outros que possam enriquecer o debate:

- MARCO ANTONIO RAUPP – Presidente da Agência Espacial Brasileira (AEB)

- RONALDO MOTA – Secretário de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)

- EMBAIXADOR RONALDO SARDENBERG – Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL)

JUSTIFICAÇÃO

O Brasil já desenvolve atividades na área espacial desde a década de sessenta, e a partir de 1994, por meio do Decreto nº 1.332 é que foi instituída pelo Governo Federal a Política Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais (PNDAE).

Já nos anos 80 e 90 o Brasil já tinha seus satélites geoestacionários, a exemplo da série Brasilsat, porém, com a transferência destes para a Empresa Star One, desde 1998 que o Brasil não possui mais satélites próprios e compra de terceiros o espaço nas faixas de transmissão satelital.

Considerando o quanto é estratégico para um País como o Brasil ter o domínio sobre seus sistemas de comunicação, estamos hoje em uma situação de dependência inaceitável.

É necessário criarmos neste Plenário o debate em torno da PNDAE, pois ao passo que recentemente recebemos boas notícias com a aprovação pelo Executivo de investimento na ordem de U$ 720 milhões para a construção de lançamento de 02 satélites de comunicações geoestacionários, não podemos deixar ao largo a análise dos equívocos cometidos, para que não sejam repetidos.

Hoje o Brasil precisa sobremaneira de uma política sólida em matéria de comunicações, e a política espacial brasileira não pode ficar de fora, sem falar que teremos a abertura de uma nova janela também para o desenvolvimento e a incorporação de novas tecnológicas, já que estamos falando de uma indústria de alta complexidade.

Para reforçarmos ainda mais a necessidade de promovermos esta Audiência Pública, citemos a ocorrência de outros fatos também importantes, como a recente licitação de posições orbitais para satélites geoestacionários em 2011, o que poderá ocorrer novamente em 2012 com novas posições, como já anunciou o Governo.

Tudo isso também influi sobremaneira para encontrarmos soluções aos problemas pontuais, como as dificuldades enfrentadas pela Região Norte em matéria de comunicações.

Por fim, e também igualmente importante, devemos discutir a estrutura da Agência Espacial Brasileira (AEB), pois não há que se permitir que tamanhas responsabilidades sejam tocadas sem a devida estrutura. Será oportuno escutarmos quais as necessidades do órgão, inclusive para que todos os investimentos, aquisições e conhecimento produzidos sejam corretamente aproveitados, gerando divisas e repercussões positivas para o Brasil.

As autoridades convidadas poderão trazer as informações necessárias ao debate, e para que esta Comissão se posicione no sentido de trazer os maiores benefícios para o País.

Por estes e outros tantos motivos é que submeto o presente Requerimento à apreciação pelos meus pares da CCT, na expectativa da sua aprovação.

Sala da Comissão, em 19/10/11

Senador Eduardo Braga

(Senador Gim Argello)